

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Câmara Municipal de Porto Murtinho

LEI MUNICIPAL Nº. 1.607, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO – MS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte lei,

- Art. 1º Fica instituído o Diário Oficial Eletrônico do Poder Legislativo de Porto Murtinho DOPL, como Imprensa Oficial de publicação e divulgação dos atos oficiais do Poder Legislativo Municipal, por meio eletrônico, mediante provedor de internet banda larga, de domínio público e sistema (software) de fácil acesso aos cidadãos e aos órgãos de controle externo.
- Art. 2º A publicação no Diário Oficial Eletrônico do Poder Legislativo de Porto Murtinho DOPL, atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único: O sitio e o conteúdo das publicações caput deste artigo deverão ser assinados digitalmente com base em certificado emitido por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP- BRASIL).

- Art. 3º A publicação no Diário Oficial Eletrônico do Poder Legislativo de Porto Murtinho DOPL substitui com exclusividade e elimina qualquer outro meio e publicação oficial para quaisquer efeitos legais, a exceção dos casos que, por lei especial, exija outro meio de publicação.
- Art. 4º Serão, entre outros, obrigatoriamente publicados no DOPL os seguintes atos:
- I Atos da Mesa Diretora, Instruções Normativas, Decretos legislativos, portarias, resoluções e outros atos normativos do poder legislativo;
- II as publicações obrigatórias em atendimento a Lei Complementar Federal n^2 101, de 04 de maio de 2000, a Lei Federal n^2 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei Federal n^2 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais vigente;
- § 1º Poderão, na forma do §1º e caput do art. 37 da Constituição Federal, ser publicados no DOPL outros atos e informações.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Câmara Municipal de Porto Murtinho

- § 2º. Os atos oficiais que não requeiram publicação integral obrigatória poder ser publicados em resumo, restringindo-se aos elementos necessários a sua identificação.
- Art. 5º. Os atos do Legislativo Municipal só produzirão efeitos após a publicação no Diário Oficial Eletrônico do Poder Legislativo de Porto Murtinho DOPL criado por esta lei.
- Art. 6º. O funcionamento do Diário Oficial Eletrônico do Poder Legislativo de Porto Murtinho DOPL será da seguinte forma:
- I as edições serão diagramadas e editoradas com recursos de informática, controladas por numeração sequenciada a partir do número 01 (zero um), sendo que cada edição terá, no mínimo, uma página; as edições com mais de uma página serão devidamente numeradas;
- II o calendário das edições é o mesmo do funcionamento do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul e do Diário Oficial da União e a critério do Poder Legislativo Municipal, da urgência e do interesse público poderão ser feitas edições extras;
- III as pessoas físicas e jurídicas poderão acessar as publicações disponíveis no Diário Oficial Eletrônico, sem ônus;
- Art. 7º Os atos, após serem publicados no DOPL, não poderão sofrer modificações ou supressões.

Parágrafo único: Eventuais retificações de atos deverão constar de nova publicação.

- Art. 8º A publicação do Diário Oficial Eletrônico do Poder Legislativo de Porto Murtinho será de responsabilidade direta da Mesa Diretora da Câmara Municipal.
- Art. 9º O Diário Oficial Eletrônico do Poder Legislativo de Porto Murtinho DOPL começará a ser divulgado, em sua primeira edição, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data de entrada em vigor desta Lei.

Parágrafo único: As publicações dos atos oficiais do Poder Legislativo que ocorram antes desta data deverão se realizar nos termos da legislação em vigor.

- Art. 10 As publicações no Diário Oficial Eletrônico do Poder Legislativo de Porto Murtinho DOPL não serão onerosas para órgãos e entidades públicas, bem como para entidades de classe, sindicatos, organizações não governamentais de cunho social, e outros com finalidade social, cabendo a responsabilidade pelo conteúdo do material remetido ao Diário Oficial Eletrônico para publicação a quem o produziu.
- Art. 11 O Diário Oficial Eletrônico do Poder Legislativo de Porto Murtinho DOPL ficará disponibilizado no site oficial da Câmara Municipal de Porto Murtinho/MS.





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Câmara Municipal de Porto Murtinho

- Art. 12 Ao Poder Legislativo de Porto Murtinho reserva-se os direitos autorais e de publicação do Diário Oficial Eletrônico do Poder Legislativo de Porto Murtinho DOPL ficando autorizada sua impressão e proibida sua comercialização.
- Art. 13 O setor administração da Câmara Municipal de Porto Murtinho compete a responsabilidade pela publicação, periodicidade, regularidade e veiculação eletrônica, cabendo ao seu titular assinatura digital.

Parágrafo único: As atribuições de que trata o caput deste artigo poderão ser delegadas por ato do Presidente da Câmara Municipal.

- Art. 14. O Poder Legislativo, através da Presidência da Câmara Municipal poderá baixar por Resolução normas e procedimento para a operacionalidade do Diário Oficial Eletrônico do Poder Legislativo de Porto Murtinho DOPL.
- Art. 15. As despesas necessárias para o cumprimento da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias estabelecidas no orçamento municipal.
- Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Porto Murtinho – MS, 30 de Dezembro de 2016.

Presidente

